



Valor Econômico – 19 Ago 2003

Energia Novo modelo do setor elétrico deve prever que Norte e Nordeste paguem de 85% a 90% do preço médio

Ministério estuda tarifa menor para regiões mais pobres

Cláudia Schüffner e Vera Saavedra Durão , Do Rio

O novo modelo do setor elétrico, que está sendo construído no Ministério de Minas e Energia (MME) planeja adotar tarifas diferenciadas para a energia do "pool" que seria comercializada nas regiões Norte e Nordeste. O Valor apurou que o critério de diferenças regionais a ser introduzido no pool é considerado questão de política pública. A tarifa do Nordeste, por exemplo, poderá equivaler a cerca de 90% do valor da tarifa média global e a do Norte, a 85%. A diferença será embutida na tarifa média global a vigorar nas demais regiões. A medida, em debate, só entrará em vigor quando o "pool" de venda de energia do sistema interligado estiver funcionando de fato, e não durante a transição. "O Nordeste é outra realidade e o Norte é ainda pior", destaca interlocutor ouvido pelo Valor. O objetivo das diferenças regionais é o de evitar impacto tarifário nas regiões menos favorecidas do país. Isto, porque o MME tem o consumidor como foco do novo modelo do setor elétrico.

Na fase de transição do modelo velho para o novo as questões a merecer maior atenção serão a sobra de energia, a situação econômico-financeira das distribuidoras, operação de compra e venda de energia entre empresas de um mesmo grupo econômico ("self dealing") - como acontece na Cemig e na Copel - , a introdução das termoelétricas no pool e a minimização do impacto tarifário com a mudança de modelo.

O MME pretende, logo no início do período de transição incumbir a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) de calcular em separado os custos das usinas de Furnas, Eletronorte e Chesf - que pertencem ao grupo Eletrobrás - para que elas entrem separadamente no "pool" e não através de somatório de custos, como acontece hoje.

Ainda na transição, os planos do ministério são de respeitar os contratos iniciais ainda em vigor e os contratos bilaterais. Um decreto baixado pelo MME permite que no início da transição se use os contratos iniciais aditados ou seja, que os contratos sejam feitos nas mesmas bases dos contratos iniciais. A tarifa equalizada do "pool" só passará a vigorar com a entrada da energia nova no sistema.

O cálculo da tarifa terá como base o faturamento de cada geradora dividido pelo volume a ser ofertado por cada uma no "pool". A tarifa média global é obtida no cálculo final que soma faturamentos e volumes e divide-se o resultado final dos dois obtendo a tarifa média global.

O governo não pensa em abrir mão de acabar com o "self dealing" porque entende que a regra atual permite que as empresas façam negócios entre elas e escondam custos. A meta é separar geração de distribuição, sem exigência de separação do CGC da empresa. A meta é a transparência. O próprio mecanismo de entrada das empresas no pool vai permitir que se conheça o custo das companhias.

Especialistas do setor elétrico ligados ao governo não acreditam que as empresas de energia sairão perdendo no "pool", pois o que se pretende, o que se quer, é ter para o custo de cada usina a remuneração adequada ao investidor. Isso porque uma usina construída 40 anos atrás tem custo menor, mas a tarifa média vai evitar ganhos muito diferenciados. As geradoras terão sua remuneração garantida pela receita definida na licitação para entrar no "pool".

O MME vem buscando melhorar o novo modelo e para isso está convocando consultores e agentes, que foram divididos em grupos separando os privados, estaduais e federais. Os investidores privados foram reunidos em um grupo de 13 empresas cujas reuniões estão acontecendo em Brasília todas as quintas-feiras. "Criamos uma metodologia para trabalhar semanalmente em questões que podem ser mudadas", explica o secretário executivo do ministério, Maurício Tolmasquim.

"Eu disse que a gente pode alterar tudo o que não seja cláusula pétrea, que não mude a estrutura do modelo e sua concepção", complementa, enumerando em seguida os pontos dos quais não abre mão. São eles os contratos de longo prazo; e o uso da chamada energia "velha" gerada por hidroelétricas antigas e cujo investimento já foi amortizado; além do planejamento determinativo e do prazo de cinco anos para um consumidor se desvencilhar de uma distribuidora e passar a ser livre.



A energia "velha" será vendida através de um pool em contratos bilaterais que serão firmados por cada geradora com 57 distribuidoras do sistema interligado, como já ocorre na área de transmissão.

Tolmasquim afirma que esses pontos não podem ser mudados porque formam a base do modelo, que pretende dar segurança na expansão elétrica a um custo baixo de geração. Desde que foi apresentado, o novo modelo vem sendo alvejado por investidores, que também estão preocupados com as regras de transição.

Cláudio Sales, presidente da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), que representa 15 grandes empresas privadas nacionais e estrangeiras, concorda "com os princípios básicos" do novo modelo, mas faz uma observação sobre os pontos que o governo considera irremovíveis. "Não achamos que essa seja a melhor forma de atingir os objetivos propostos", diz Sales.

Em defesa do modelo, Tolmasquim disse que sem ele o Brasil caminharia para uma explosão tarifária, já que até as estatais com energia amortizada iriam alinhar seus preços para cima. Ele nega que haja risco de as estatais do sistema Eletrobrás perderem o fôlego para investir.

"Quando falamos em remunerar a capacidade isso significa não dar o sobrelucro que era esperado sobre a geração que já foi amortizada. Mas vamos remunerar as usinas de maneira a dar retorno do investimento", frisou o secretário.

O período de transição do atual para o novo modelo é estimado em cinco anos. Se o novo desenho for aprovado no Congresso ainda este ano a expectativa é de que a transição possa começar já em 2004, indo até 2008/2009, quando começa a entrar energia nova de hidrelétricas cuja construção tenha início neste ou no próximo ano.